



## MINHA ESCOLA NÃO EXISTE? POLÍTICA DE EXPANSÃO DE VAGAS EM INTERFACE COM A REGULAMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS<sup>1</sup>

DOES NOT MY SCHOOL EXIST? EXPANSION POLICY FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION VACANCIES IN INTERFACE WITH SPACES REGULATON

¿MI ESCUELA NO EXISTE? POLITICA DE EXPANSIÓN DE VACANTES EN INTERFACE COM LA REGULAMENTACIÓN DE LOS ESPACIOS

**Érico José dos Santos**

<https://orcid.org/0000-0003-0247-2506>

Prefeitura Municipal de Itabuna-BA - Brasil

**Cândida M<sup>a</sup> Santos Daltro Alves**

<https://orcid.org/0000-0002-3727-7623>

Universidade Estadual de Santa Cruz - Brasil

**Marcela Santos de Jesus**

<https://orcid.org/0000-0001-6261-8787>

Prefeitura Municipal de Ilhéus/SME-BA - Brasil

**Nilson Carlos Nascimento dos Santos<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-9695-9317>

Secretaria de Educação da Bahia - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i1.8248

**Resumo:** Esta pesquisa analisou a política de expansão da oferta de vagas para a Educação Infantil no município de Itabuna-Bahia, caracterizado pela realidade do compartilhamento do espaço do Ensino Fundamental com a Educação Infantil. Como percurso metodológico, optou-se por pesquisa qualitativa, com a abordagem do Ciclo de Políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe. A coleta de dados ocorreu por meio de

<sup>1</sup> Este trabalho é um recorte da Pesquisa de Mestrado do Prof. Mestre Érico José dos Santos, orientada pela Professora Dra Cândida M<sup>a</sup> Santos Daltro Alves. Realizou-se, no período de 2015 a 2017, no Mestrado Profissional em Educação - PPEGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), E, integrou à pesquisa intitulada “Gestão Escolar e o Trabalho Docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPEGE), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), o qual os autores fazem parte.

<sup>2</sup> Com créditos pela tradução do título do trabalho, resumo e palavras-chave em inglês e em espanhol.

arquivos e documentos oficiais e de entrevista com representantes da Secretaria Municipal da Educação (SME), do Conselho Municipal de Educação (CME), do Sindicato do Magistério Público Municipal de Itabuna (SIMPI). Ainda como parte do levantamento dos dados, realizamos o registro fotográfico de 08 instituições públicas que adotaram essa política pública. Nessa fase foram aplicados questionários com as professoras, com o objetivo de analisar as interpretações dos docentes sobre a política municipal de expansão de vagas e que relações estabelecem entre os espaços partilhados e os documentos que os regulamentam para pensar a arquitetura das instituições e a finalidade da Educação Infantil. Os resultados da investigação indicaram que: a ausência de avaliações da política implementada interfere na qualidade dos espaços; as instituições educativas visitadas apresentaram condições inadequadas que perpassam pela violação dos direitos básicos de cidadania e de acesso aos serviços públicos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Espaços Partilhados. Políticas Educacionais

**Abstract:** This research analyzed the expansion policy for Early Childhood Education vacancies in the municipal district of Itabuna-Bahia, characterized by space sharing reality between Elementary School and Early Childhood Education. As a methodological approach, we chose qualitative research with the Policy Cycle approach formulated by Stephen Ball and Richard Bowe. Data collection occurred through official files and documents as well as interviews with Secretaria Municipal da Educação (SME), Conselho Municipal de Educação (CME), Sindicato do Magistério Público Municipal de Itabuna (SIMPI) representatives. Also, as part of data collection, we produced a photographic record with 08 public institutions that adopted this public policy. During this phase questionnaires were applied to teachers for the purpose of evaluating their interpretations about the municipal vacancies expansion policy and which relations are established between shared spaces and documents that regulate them in order to think about the institutions architecture and the purpose of Early Childhood Education. Results from research indicate that: the evaluations absence of implemented policy interferes in the spaces quality; visited educational institutions presented inadequate conditions that permeate basic and citizenship rights violation and access to public services.

**Keywords:** Early Childhood Education. Shared Spaces. Educational Policies

**Resumen:** Este estudio analiza la expansión de oferta de vacantes para la Educación Infantil del municipio de Itabuna-Bahia, caracterizado por la realidad de intercambio de espacio de la Enseñanza Básica con la Educación Infantil. Como recorrido metodológico se ha elegido la investigación cualitativa con el enfoque del Ciclo de Políticas formulado por Stephen Ball y Richard Bowe. La colecta de los datos ocurrió por medio de archivos y documentos oficiales y de entrevista con representantes de la Secretaria Municipal da Educação (SME), del Conselho Municipal de Educação (CME), del Sindicato do Magistério Público Municipal de Itabuna (SIMPI). Aún como parte de la colecta de datos, realizamos el registro fotográfico de 08 instituciones públicas que adoptaron esta política pública. En esa fase se aplicaron cuestionarios con las maestras, con el objetivo de analizar las interpretaciones de los docentes sobre la política municipal de expansión de vacantes y que relaciones establecen entre los espacios intercambiados y los documentos que los regulamentan para pensar la arquitectura de las instituciones y la finalidad de la Educación Infantil. Los resultados de la investigación indicaron que: la falta de evaluaciones de la política implementada interfiere en la calidad de los espacios; las instituciones educativas visitadas presentaron condiciones inadecuadas que pasan por la violación de los derechos básicos de ciudadanía y de acceso a los servicios públicos.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Espacios Intercambiados. Políticas Educativas

## Enganei um bobo... na casca do ovo

Esse texto toma como ponto de partida o desfiguramento dos critérios de qualidade dos padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições que atendem crianças pequenas. Entretanto, apresenta um panorama sobre as definições espaciais das instituições de Educação Infantil, com base nos documentos que regulamentam os espaços, bem como, os desafios enfrentados por profissionais da educação que atuam nessa etapa da Educação Básica.

Desse modo, compreendemos que as pesquisas vêm confirmar, que apesar dos avanços da legislação educacional vigente na implementação de políticas de espaços para o atendimento de crianças pequenas, as diferentes experiências dos contextos oferecem elementos de análises que indicam maior preocupação com a oferta do que com a qualidade. Logo, as políticas públicas de regulamentação dos espaços só terão efetividade quando atreladas ao embasamento teórico-prático, pautados na sociologia da infância e no reconhecimento de que a organização dos lugares para atendimento a essas crianças seja compreendida como um direito social e não mera assistência.

A análise considera a perspectiva de expansão de matrícula na Educação Infantil, as discussões aqui apresentadas se desenvolvem com base nos dados da pesquisa de mestrado intitulada **“A política de expansão de vagas da Educação Infantil no município de Itabuna/BA: interpretações de uma realidade em construção”**, realizada no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e se insere no contexto político-educacional implementado no século XX. Ela retrata a realidade do partilhamento do espaço do Ensino Fundamental com a Educação Infantil no município de Itabuna/BA.

Diante disso, considera-se aqui tratar das estratégias de aprimoramento da política pública de cobertura; os mecanismos da política de expansão de vagas; a incidência de critérios de qualidade; a avaliação dos padrões mínimos de infraestrutura, para o funcionamento adequado das instituições.

Tendo em vista a expansão recente do atendimento às crianças de 0 a 5 anos no Brasil, realizamos o registro fotográfico de oito instituições no município de Itabuna/BA, entrelaçando as análises com seis publicações, que asseguram a qualidade dos espaços da Educação Infantil, do Ministério da Educação e um documento da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Municipal de Educação (CME), ambos do município de Itabuna/BA.

Os resultados da investigação indicaram que: a Educação Infantil não é atendida na íntegra, no município; a ausência de avaliações da política implementada interfere na qualidade dos espaços; as instituições educativas visitadas apresentaram diversas condições inadequadas que perpassam pela violação dos direitos básicos de cidadania e de acesso aos serviços públicos.

### **Cadê o recreio que estava aqui? O gato comeu**

Como parte do levantamento dos dados, realizamos o registro fotográfico de 08 instituições públicas que adotaram a política pública de partilhamento de espaços. Nessa fase, foram aplicados questionários com as professoras, cujo objetivo foi analisar as interpretações dos docentes sobre a política municipal de expansão de vagas e compreender quais relações estabelecem entre os espaços partilhados e os documentos que os regulamentam para pensar a arquitetura da instituição e a finalidade da Educação Infantil.

Os principais documentos analisados foram: Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil; Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação; Instrução Normativa nº 001/2008 da Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação de Itabuna/BA (CEB/CME); Indicadores da Qualidade na Educação Infantil; Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Considerando que as dimensões contextuais são importantes e as políticas são intimamente moldadas, e influenciadas por fatores específicos das instituições educativas. Mesmo em escolas superficialmente “semelhantes” nuances do contexto local podem cumulativamente fazer uma diferença considerável (BALL, 2016).

Esse encaminhamento conduziu a nossa proposta de análise do perfil das instituições de educação, dos docentes, e do estudo da demanda nas áreas geográficas. Diante dessa proposta constatamos que: 100% das instituições de educação são de pequeno porte; todas são da rede pública; duas funcionam em espaços alugados pelo poder público municipal (Tabela 1); e uma tem um anexo alugado onde funcionam as turmas de Educação Infantil.

**Tabela 1** – Porte das instituições de educação participantes da pesquisa, Itabuna- BA, 2017.

ESCOLA	MÉDIO	PEQUENO
Ágata		X
Ametista		X
Esmeralda		X
Jade		X
Onix		X
Rubi		X
Safira		X
Turmalina		X
<b>Total Geral</b>	0	8

**Fonte:** A política de expansão vagas da Educação Infantil no município de Itabuna-Ba: interpretações de uma realidade em construção (SANTOS, 2017).

No que se refere à Educação Infantil encontramos uma média de quatro turmas por instituições de educação. Sendo que a escola Ametista apresentou o menor número de turmas por escola – duas, no total. As escolas Ágata e Safira apresentaram um quantitativo de seis turmas, configurando-se com o maior número de turmas por instituição de educação (Tabela 2).

**Tabela 2** – Número de crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, Itabuna/BA, 2017.

ESCOLA	TURMAS DA	MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	MÁTRICULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
--------	-----------	--------------------------------	------------------------------	----------------------------------

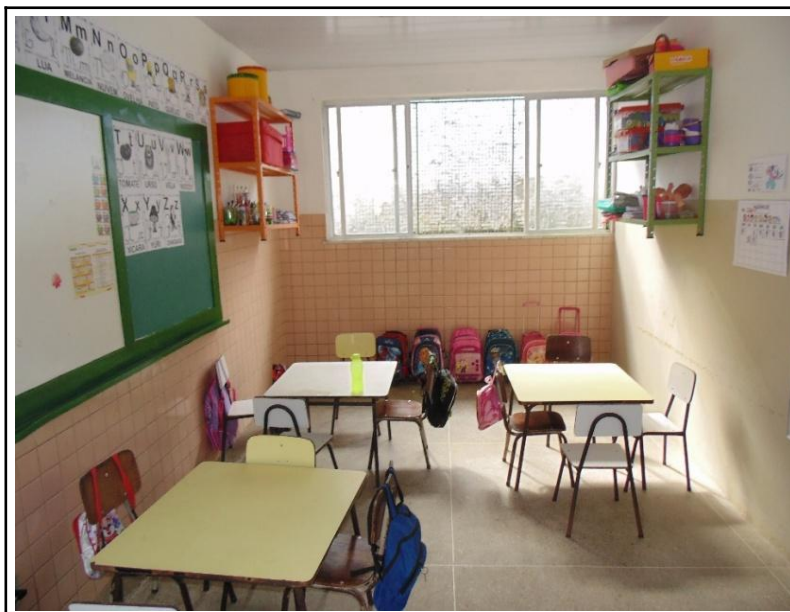
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>				
<b>Ágata</b>	6	86	10	227
<b>Ametista</b>	2	32	6	148
<b>Esmeralda</b>	4	82	6	116
<b>Jade</b>	4	73	6	136
<b>Ônix</b>	3	59	5	121
<b>Rubi</b>	4	66	7	139
<b>Safira</b>	6	92	10	205
<b>Turmalina</b>	3	50	3	49
<b>Total Geral</b>	<b>32</b>	<b>540</b>	<b>43</b>	<b>1.141</b>

**Fonte:** A política de expansão vagas da Educação Infantil no município de Itabuna-Ba: interpretações de uma realidade em construção, (SANTOS, 2017).

Embora as instituições de educação citadas apresentem o maior número de turmas no Ensino Fundamental, encontramos em ambas algo em comum, o objetivo de ampliar o número de turmas e conseqüentemente o número de crianças no censo escolar. As duas escolas dispõem de uma sala de Ensino Fundamental dividida para agrupar duas turmas de pré-escola.

A escola Safira passou por um processo de adaptação na sua estrutura física, a construção de uma parede dividiu a sala transformando-a em dois espaços: um destinado às crianças de quatro anos e outro para as crianças de cinco anos (Figura 1).

**Figura 1** – Espaço adaptado da escola Safira, no município de Itabuna-BA, 2017.



Fonte: arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

Fora observado, que apesar da adaptação realizada na escola Safira, não houve observância ao preconizado nos documentos legais, existem situações que torna o espaço inadequado para receber crianças de quatro anos. As ‘mochilas das crianças estão acomodadas no chão, onde o ideal seria um cabide de fácil acesso para que as próprias crianças possam se organizar e pegá-las sempre que necessário; o quadro branco não se encontra na altura da estatura das crianças; os materiais pedagógicos estão em uma prateleira acima da cabeça das crianças, o que implica necessariamente a limitação do acesso da criança a esses materiais, além de colocá-las em uma situação eminente de risco; ausência de espaço para atividades psicomotoras, onde as crianças possam desenvolver uma das linguagens prescritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) – o corpo e o movimento.

**Figura 2** – Espaços da escola Ágata, no município de Itabuna/BA, 2017.



**Fonte:** arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

Na escola Ágata (Figura 2) encontramos a sala de aula do Ensino Fundamental dividida por uma lona plástica, da mesma forma a instituição atende no espaço adaptado/improvisado crianças de quatro e cinco anos. Observando as figuras percebe-se que há um comprometimento do conforto térmico; associado a essa situação temos como única passagem de ar pelos “comogós” que, inclusive, foram bloqueados para afixar cartazes; as crianças não dispõem de iluminação natural, a luz artificial é utilizada constantemente. O documento, de cunho federal,



intitulado “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006a) prevê a existência de ventilação cruzada nesse ambiente:

Considerar a insolação e a direção dos ventos dominantes, tendo em vista sempre melhores condições ambientais nos espaços com maior número de usuários e com maior período de ocupação (sala de atividades e berçários, por exemplo) (BRASIL, 2006a, p.24).

Nesse documento a adequação térmica da edificação, aparece, como critério, dos parâmetros ambientais, isto é, integrada ao clima considerando sua própria configuração e formato. Nesse caso específico sugerimos a abertura de ventilação em outras paredes, aquisição de telhas transparentes que não esquentam o ambiente, entrando luz e não calor, comprometendo o bem-estar das crianças. A iluminação natural é uma tendência que ganha um grande espaço nos projetos de arquitetura, incidindo na redução de gastos com energia elétrica.

Atentamos também à Instrução Normativa nº. 001/2008 – Câmara de Educação Básica (CEB / CME) orienta o Funcionamento de Creches e Pré-Escolas de Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Itabuna/BA, a qual recomenda que,

janelas com abertura mínima de 1/5 da área do piso, permitindo a ventilação e a iluminação natural, possibilitando visibilidade para o ambiente externo, com peitoril de acordo com a altura das crianças, garantindo a segurança (ITABUNA, 2008, p.2).

Ambos os espaços apresentam como problemas em comum: a dificuldade de locomoção, pois para sair ou entrar na sala as crianças e professores de uma turma adentram ao espaço da outra; problemas com a acústica, existe a interferência direta do barulho de uma sala em detrimento da outra; dificuldade dos usuários caminharem no perímetro da sala; não existe possibilidade do desenvolvimento de atividades psicomotoras.

A observação da realidade educacional, a partir da pesquisa empírica no município, vislumbrou um imenso paradoxo entre o proposto nos documentos oficiais e o existente nas Unidades de Educação Infantil. A Instrução Normativa nº. 001/2008 – Câmara de Educação Básica (CEB / CME) aponta como objetivo das

condições físicas “[...] que a área mínima para todas as salas para crianças de 0 a 6 anos contemple 1,50 m<sup>2</sup> por criança atendida considerando a importância da organização dos ambientes educativos e a qualidade do trabalho” (ITABUNA, 2008, p.1).

Quando dividimos a metragem de uma das instituições pelo quantitativo de crianças matriculadas, descobrimos que cada criança dispõe de apenas 0,90 m<sup>2</sup>, o que representa 60% do recomendado pelo documento do conselho de educação. Os “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006a), afirmam que a organização do espaço físico das instituições de Educação Infantil deve levar em consideração, que

Essa configuração do ambiente e a tipologia do mobiliário irão compactuar com o estabelecimento de variados arranjos de organização espacial, incentivando a cooperação e reforçando relações sociais afetivas, ou respondendo à necessidade de atividades individuais, conforme as solicitações do processo educativo. É importante, porém, que a organização do layout permita uma circulação adequada das professoras entre as mesas e a livre movimentação das crianças no ambiente.

A escola Safira localizada em um bairro central e carente, por exemplo, integra uma nucleação onde encontramos instituições de Educação Infantil muito próximas, que poderiam atender a essa demanda não havendo a necessidade da partilha de espaço com o Ensino Fundamental. Diferente da escola Ágata que é a única instituição que atende a Educação Infantil numa outra localidade, no bairro não identificamos a presença de instituições da rede municipal que atendam exclusivamente a pré-escola.

Ball ao definir que as dimensões contextuais são importantes na atuação da política, assinala que fatores específicos da escola funcionam como restrições, pressões e facilitadores de atuação da política. Nesse sentido, segundo o autor, os contextos situados referem-se àqueles aspectos do contexto que são histórica e localmente ligados a escola, como o estabelecimento de uma escola, sua história, sua matrícula (BALL, 2016).

Das oito escolas pesquisadas, em cinco identificamos que a quantidade de crianças matriculadas na educação Infantil representa um quantitativo de 50% se

comparado a matrícula das crianças do Ensino Fundamental. Ainda assim, encontramos escolas que suprimiram o recreio das crianças da Educação Infantil, priorizando esse momento para as crianças do Ensino Fundamental.

Para Mello (2007, p. 85):

A creche e a escola da infância podem e devem ser o melhor lugar para a educação das crianças pequenas – crianças até os 6 anos -, pois aí se pode intencionalmente organizar as condições adequadas de vida e educação para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas – que são externas ao sujeito no nascimento e precisam ser apropriadas pelas novas gerações por meio de sua atividade nas situações vividas coletivamente. O conjunto dos estudos desenvolvidos sob a ótica histórico-cultural aponta como condição essencial para essa máxima apropriação das qualidades humanas pelas crianças pequenas o respeito às suas formas típicas de atividade: o tateio, a atividade com objetos, a comunicação entre as crianças, e entre elas e os adultos, o brincar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar o princípio estético: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2006a).

Quando questionadas sobre essa realidade, encontramos diferentes argumentos por parte da equipe gestora: foi uma decisão tomada em reunião do Conselho Escolar; não temos espaços externos para as crianças brincarem; a prioridade é dos alunos do Ensino Fundamental; não liberamos para o recreio com receio das crianças se machucarem, porque as turmas de Educação Infantil são minoria; a escola foi pensada para o EF; inclusive algumas dessas escolas ainda não adequaram a proposta curricular para EI.

Andrade (2007) salienta em relação ao risco das crianças se machucarem durante os momentos de recreação, a autora constatou que,

Para quadra iam também alguns poucos brinquedos: bola, corda e giz. Este era um lugar onde as crianças corriam muito, subiam pelas arquibancadas, pulavam, “escalavam” a tela de proteção. A liberdade maior ou menor das crianças na quadra dependia fundamentalmente da ansiedade de cada educador em relação ao risco de que elas se machucassem. [...] Dependia também do conhecimento que a educadora tinha da destreza das crianças de seu grupo, como me

disse certa vez uma delas, diante do meu olhar preocupado com uma criança que saltava de uma mureta alta: “Não liga não, este é de borracha”. Assim ela se poupava e poupava também as crianças que, cada uma dentro do seu limite, podiam explorar a riqueza deste espaço. (ANDRADE, 2007, p.77)

Em concordância ao exposto pela autora, na pesquisa se evidenciou a ausência do momento do recreio em 50% das escolas com espaços partilhados com as crianças da EI, conforme Tabela 3 apresenta em seus dados.

**Tabela 3** – Garantia (ou não) do momento do recreio nos espaços partilhados, Itabuna-BA, 2017.

ESCOLA	RECREIO	
	SIM	NÃO
Ágata	X	
Ametista		X
Esmeralda		X
Jade	X	
Onix		X
Rubi		X
Safira	X	
Turmalina	X	
<b>Total Geral</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

**Fonte:** A política de expansão vagas da Educação Infantil no município de Itabuna-Ba: interpretações de uma realidade em construção, (SANTOS, 2017).

Nesse sentido, partilhamos do estudo realizado por Campos-de-Carvalho, que afirma:

[...] o modo como o espaço educacional infantil está organizado pode tanto favorecer como dificultar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. A Psicologia Ambiental, especialmente considerando os estudos baseados em uma perspectiva ecológica, traz relevantes contribuições para a compreensão da organização do espaço como um elemento curricular ou de aprendizagem, visando diversas funções relativas ao desenvolvimento infantil (Campos-de-Carvalho, 2008, p.26).

O estudo desenvolvido por Nascimento e Alves (2016) destacou acerca do brincar como construção conjunta do conhecimento, afirmando que:

[...] Assim cabe ao educador reconhecer o seu potencial e proporcionar um ambiente escolar acolhedor, com espaço, materiais, e uma organização espacial que favoreça a interação das crianças e a construção conjunta do conhecimento (NASCIMENTO e ALVES, 2016, p.84).

As escolas Safira e Ágata (Tabela 3) como instituições que adaptaram as salas do Ensino Fundamental para receberem crianças da Educação Infantil informaram durante a pesquisa “*não dispor de um momento de recreio*”. As mesmas compõem o percentual de 50% das instituições que oferecem como única opção de espaço a sala de atividades para permanência de um período de quatro horas para as crianças. Vale ressaltar, que ambas as instituições dispõem de um amplo pátio interno, contudo não foram pensadas alternativas para utilização desse espaço de forma que atendessem a ambas as etapas da educação básica. As referidas escolas priorizam o recreio na área externa apenas para os alunos do Ensino Fundamental.

### **Era uma bruxa... À meia-noite... Em um castelo mal-assombrado**

Apesar dos Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil recomendar que as instituições precisam reservar especial atenção com a prevenção de acidentes, os registros fotográficos nos espaços compartilhados demonstram que não há observância no quesito segurança para o público infantil, por parte da gestão escolar. Além da ausência de adaptação de vasos sanitários encontramos diferentes situações que colocam a integridade física das crianças em risco.

**Figura 03** - Sanitário da Escola Esmeralda, Itabuna-BA, 2017.



**Fonte:** Arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

**Figura 04** - Sanitários da Escola Ágata, Itabuna-BA, 2017.



**Fonte:** Arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

No sanitário da Escola Esmeralda os materiais de limpeza estavam ao alcance das crianças no final do corredor, o que expõe essas crianças a algum tipo de risco. Aqui destacamos que acidentes como a ingestão de produtos químicos ou perfuro cortantes são bastante comuns nessa idade, quando não socorridas em tempo hábil e da forma correta pode levar crianças na faixa etária de quatro a cinco anos a óbito.

Na escola Ágata a situação revela o descaso da gestão com esses sujeitos, é possível verificar através da imagem, que uma porta quebrada foi colocada acima

do sanitário, para fins de guardar entulhos. A existência de um espaço acolhedor e convidativo é capaz de imprimir uma relação de identidade com o seu usuário.

**Figura 05** – Sanitários da Escola Jade, Itabuna-BA, 2017.



**Fonte:** arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

A situação dos sanitários das escolas comprova o descaso do Estado com os sujeitos que convivem nesses espaços. Situações em que a política de expansão de vagas não considerou as limitações das instituições para atender as crianças pequenas. As condições da Escola Jade perpassam pela violação dos direitos básicos de cidadania e de acesso aos serviços públicos. Faltam portas em ambos os banheiros, outras danificadas representam eminente risco de acidentes, o lavatório sustenta-se apenas de um lado. Agravando essa situação o anexo da escola, prédio onde funciona uma turma de Educação Infantil, não dispõe água potável encanada.

Essa realidade não condiz com os Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil que preconizam que a unidade de Educação Infantil deve ter acesso privilegiado aos serviços básicos de infraestrutura, tais como: água, esgoto, sanitário e energia elétrica, atendendo às necessidades de higiene e saúde de seus usuários, além de rede de telefone (BRASIL, 2006a).

O documento publicado pelo Ministério da Educação: Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006b), ao referir-se aos padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e

pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a: “espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças” (BRASIL, 2006b, p. 21)

Um fator imprescindível no exercício da garantia de uma política educacional para a pequena infância brasileira encontra-se vinculado à questão da urgência de infraestrutura, construção de estabelecimentos, reforma e adequação dos que existem, já que, em muitos municípios, não há, ainda, espaços adequados destinados às crianças de até seis anos de idade em instituições públicas, nem em número suficiente (ALVES, 2013, p. 76). Portanto, o acesso da criança à educação escolar, objetivo da política em pauta, apresenta-se ainda como um desafio nessas localidades. A configuração do atendimento educacional, caracterizadas pela política de partilhamento, é reveladora de múltiplos desafios no que se refere ao direito à educação básica.

Considerando também o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. No que diz respeito à adequação do espaço físico para o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, encontramos como condição para o funcionamento de instituições de Educação Infantil: adaptar os prédios de Educação Infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conforme os padrões de infraestrutura estabelecidos.



**Figura 06** - Acesso às dependências da Escola Rubi, Itabuna/BA, 2017.



Fonte: arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

Os parâmetros de infraestrutura baseiam-se em quatro eixos: a relação harmoniosa com o entorno; o emprego adequado de técnicas e de materiais de construção; planejamento do canteiro de obras, a programação de reparos, manutenção do ambiente construído; a adequação dos ambientes internos e externos. No último eixo encontramos o princípio da acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos. Nesse sentido, define-se:

acessibilidade universal – garantia de que o ambiente construído seja o menos restritivo possível, incluindo espaços dimensionados de acordo com os preceitos de acessibilidade universal, considerando acessos a salas, área de serviço, cozinha, banheiros, áreas de brincar interna e externa, dentre outros espaços, de acordo com as normas brasileiras e os decretos em vigor (BRASIL, 2006a, p.16).

As condições contextuais do espaço da Escola Rubi não garantem o princípio da acessibilidade universal. Escola alugada pelo poder público municipal, com número de matrícula superior a 200 alunos, denota desafios cotidianos para equipe docente, pois, não conta com itens básicos de acessibilidade: não foram feitos rebaixamentos nos meios-fios da entrada da escola; não existe rampa de acesso para cadeirantes impossibilitando a locomoção das pessoas com deficiência à escola, permitindo que os alunos cheguem sem dificuldades até a sala, o acesso às dependências da escola é através de escadas; não existem rampas que deem acesso aos banheiros.

Os aspectos evidenciados no parágrafo anterior se referem, especificamente, a locomoção das crianças com necessidades educativas especiais. Entretanto, a acessibilidade universal, perpassa por estas questões, mas as extrapolam, pois, encontramos, na Escola Rubi, restrições para as crianças da pré-escola, no que se refere ao acesso a andares superiores. A exemplo do refeitório, no terceiro piso, ser exclusividade dos alunos do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, a autora Regina Assis ao colaborar com a construção dos “Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil”, evidência,

As crianças pequenas e suas famílias devem encontrar nos centros de Educação Infantil, um ambiente físico e humano, através de estruturas e funcionamento adequados, como enfatizado em outros textos desta publicação, que propiciem experiências e situações planejadas intencionalmente, de modo a democratizar o acesso de todos, aos bens culturais e educacionais, que proporcionam uma qualidade de vida mais justa, equânime e feliz (BRASIL, 1998, p.68).

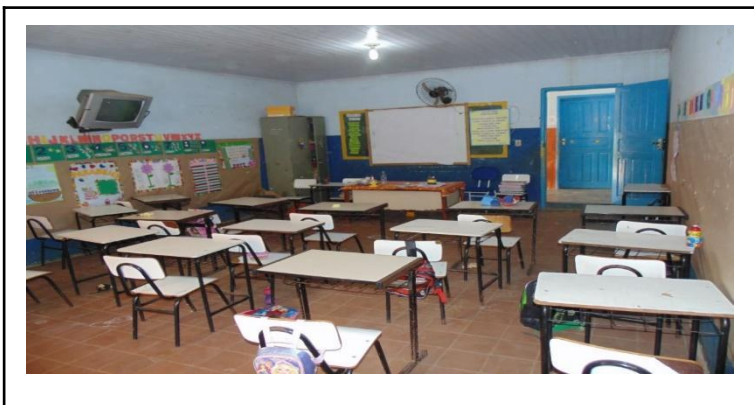
O registro fotográfico mostra duas salas de Ensino Fundamental que atendem Educação Infantil no turno oposto, ambas têm mobiliários inadequados para a faixa etária de quatro e cinco anos, ainda assim, a administração municipal admite a matrícula das crianças, inserindo-as nesses espaços sem realizar estudo preliminar sobre o perfil pedagógico da instituição, dos condicionantes preexistentes e da viabilidade de reestruturação do espaço.

**Figura 07** – Sala de aula Escola Ônix, Itabuna-BA, 2017.



Fonte: arquivo da pesquisa.

**Figura 08** – Sala de aula Escola Turmalina, Itabuna-BA, 2017.



Fonte: arquivo da pesquisa de mestrado realizada (SANTOS, 2017).

De acordo com as determinações dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, as instituições devem “Prever quadros e painéis colocados à altura das crianças (um metro e meio do chão) permite que estas tenham autonomia para pregar seus trabalhos e expressar suas ideias, personalizando o ambiente e aproximando-se deste” (BRASIL, 2006a, p.29).

O documento refere-se à ambientação dos espaços (dimensões, configuração e aparência) e envolve estreita relação com a proposta pedagógica e com os conhecimentos dos processos de desenvolvimento da criança. Percebemos

que a adaptação dos equipamentos a escala da criança não foi observada pela gestão escolar, conforme regulamenta o documento federal: os quadros não estão na altura estipulada; os televisores encontram-se em altura ainda maior, acima dos quadros; os murais não estão acessíveis de forma a permitir a interação das crianças as atividades; o mobiliário (mesas e cadeiras) não são leves possibilitando o deslocamento, de forma autônoma, pela própria criança.

### **Para finalizar: Os meninos a brincar... Vamos ver quem vai pegar**

Os estudos aqui relatados examinaram, através do registro fotográfico e entrelaçamento com os textos legais, o papel das políticas na garantia do atendimento a criança no Brasil, com ênfase na política pública municipal de Itabuna/BA, se analisa por meio desse conjunto sua ação, que apresentou proposta de partilhamento entre Ensino Fundamental e Educação Infantil.

A alternativa de redução de gastos, que vêm possibilitando a matrícula de crianças com faixa etária diferentes no mesmo espaço educativo, por diferentes situações, configure-se como transgressora dos limites entre espaço e objeto de uso. A ausência de adequações nesses espaços como preconiza os documentos do Ministério da Educação (MEC), apresentados nesse escrito que consideram as especificidades das crianças da Educação Infantil, confirma a ausência de prioridade para atendimento a criança pequena.

É fundamental compreender o espaço como importante aliado para o desenvolvimento cognitivo, físico e motor das crianças, bem como, para o desenvolvimento do trabalho docente com as crianças da Educação Infantil. E um dos principais desafios na história do atendimento à infância no Brasil é a materialização das orientações propostas pelos documentos oficiais.

Nesse sentido, faz-se a defesa de uma instituição que disponha de espaço físico, visando promover à Educação Infantil: aventuras; descobertas; criatividade; desafios; aprendizagens que facilite a interação criança-criança; aprendizagens que facilite a interação criança-adulto; aprendizagens que facilite a interação das crianças com o meio ambiente (BRASIL, 2006a).

Foi verificado, a partir dos dados levantados nas instituições que partilham o espaço entre Educação Infantil e Ensino Fundamental no município de Itabuna/BA, que embora o discurso e os documentos legais estabeleçam como critério o respeito às vivências próprias de cada idade de formação, os registros fotográficos demonstraram divergência entre o proposto e o implementado, onde a realidade perpassa pela violação dos direitos básicos de cidadania e de acesso aos serviços públicos.

## Referências

ALVES, Cândida M. S. Daltro. **A implementação da política pública de Educação Infantil: entre o proposto e o existente**. 2013. [s.n.] Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000910053>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ANDRADE, Cyrce M. R. Junqueira de. Vamos dar a meia-volta, volta e meia vamos dar: o brincar na creche. In: OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de(Org.). **A Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2007.

BALL, Stephen J. MAGUIRE, M. BRUAN, A. **Como as escolas fazem as políticas**. Ponta Grossa: Editora EEPG, 2016.

BRASIL. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 2 v.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em:10 fev. de 2021

BRASIL. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a. 1 encarte.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, 2006b.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/ Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2010.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. & Souza, T. N. (2008). **Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: Integração possível?** Paidéia, 2008, 18(39), 25-40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/paideia>> Acesso em: 10 fev. 2021.

ITABUNA. **Instrução nº 001/2008** da Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação de Itabuna - CEB/CME. Orienta o funcionamento de creches e pré-escolas de Educação Infantil no âmbito do sistema municipal de ensino de Itabuna. CME, Itabuna, 2008.

MELLO, Suely Amaral. **Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 83-104, jan./jun. 2007 Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

NASCIMENTO, Laiana Porto do. ALVES, Cândida M. Daltro. A importância do brincar livre para a Educação Infantil: uma pesquisa bibliográfica. In: VIEIRA, Emilia Peixoto; ALVES, Cândida M. Daltro; SEDANO, Luciana. **A Educação Infantil em debate.** Curitiba: CRV, 2016.

SANTOS, Érico José dos. **A política de expansão vagas da Educação Infantil no município de Itabuna-Ba: interpretações de uma realidade em construção.** 2017. 146 fl.: il.; anexos. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA: 2017.

## SOBRE OS AUTORES

### **Érico José dos Santos**

Possui Licenciatura em História pela Faculdade de Tecnologia de Ciências de Salvador e Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com Mestrado em Educação pela mesma Universidade, aluno do Programa de Doutorado PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia. Atua como professor de História na Rede Municipal de Ensino de Itajuípe e como Gestor Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Itabuna. Tem experiência em pesquisas relacionadas às políticas educacionais e gestão escolar. Na condição de Presidente do CACS-FUNDEB, entidade responsável pelo acompanhamento e controle social, acompanha as atividades dos gastos públicos com a educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Itabuna. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas CNPq EDUCATIO - Políticas Públicas e Gestão da Educação (UNEB) e Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Correio eletrônico: ejsjp@hotmail.com

### **Cândida M<sup>a</sup> Santos Daltro Alves**

Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, docente do Programa de Pós-graduação em

Educação (PPGE/UESC). Coordena o Projeto de Extensão Brincando e Aprendendo na Educação Infantil. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas CNPq Políticas Públicas e Gestão Educacional vinculado à UESC e o Grupo de Estudos e Pesquisas CNPq Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua na formação universitária e continuada de professores para a Educação Básica delineados nas áreas de Educação Infantil, sob os pressupostos dos seguintes temas: Educação Infantil, Estágio Supervisionado, Políticas Públicas e Educacionais, Brincar, Indisciplina, Representação, Formação de professores , Identidade. Correio eletrônico: candida\_alves@yahoo.com.br

***Marcela Santos de Jesus***

Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com Mestrado em Educação pela mesma Universidade. Atua como professora Professora da Educação Básica no município de Ilhéus/BA - Brasil, e atua como docente na Universidade Paulista – UNIP/Pólo Ilhéus/BA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas CNPq Políticas Públicas e Gestão Educacional vinculado à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Correio eletrônico: marcelasantos\_16@hotmail.com

***Nilson Carlos Nascimento dos Santos***

Mestre em Espanhol pela Roosevelt University (EUA). Graduado em Letras Vernáculas com Língua Inglesa pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia - Brasil. Correio eletrônico: nascime2@hotmail.com